ATA N.º 010/2025 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Sete de Setembro/RS, realizada na Sala da Secretaria de Finanças, no dia 14 de outubro de 2025, às 12h50min, sito, a Rua Edmundo Grassel, 1245, Centro, Sete de Setembro – RS.

Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às doze horas e cinquenta minutos, junto à Sala da Secretaria de Finanças, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Sete de Setembro, Sr. Ademar Markowski, Sr. Flávio Henrique Uzejka e o Sr. Eder Jose Szulz. A reunião contou com a participação do representante da Empresa Referência Sr. João Ennes, de forma virtual, através da ferramenta de vídeo chamada Zoom. Inicialmente, o Sr. João Ennes cumprimentou os participantes da reunião, tomando conhecimento dos presentes na forma virtual. Iniciando os trabalhos, passou-se para a análise do cenário econômico mundial e o cenário econômico interno, em relação à posição dos Fundos que mantemos atualmente. Na conjuntura internacional, o mercado de trabalho norte-americano voltou a apresentar sinais de enfraquecimento em setembro. De acordo com o relatório nacional de emprego elaborado pela ADP, o setor privado eliminou aproximadamente 32 mil vagas, resultado bem inferior às expectativas do mercado, que projetavam a criação de cerca de 50 mil postos de trabalho. Esse desempenho reforça a tendência de desaceleração observada em agosto, quando o ritmo de contratações já havia diminuído significativamente, e revisões apontaram correções negativas em meses anteriores. Além disso, o shutdown do governo dos Estados Unidos levou à suspensão temporária de diversos serviços públicos não essenciais, incluindo a paralisação da agência responsável pela divulgação do relatório oficial de emprego (Payroll), o que tem comprometido a atualização de dados sobre o mercado de trabalho norte-americano. Na Zona do Euro, a inflação apresentou leve aceleração em setembro, alcançando taxa anual de 2,2%, acima dos 2,0% registrados em agosto. Esse movimento refletiu a menor queda nos preços de energia, aliada ao aumento nos preços dos alimentos não processados e dos serviços. A inflação subjacente manteve-se pressionada, principalmente em função do segmento de serviços, que segue apresentando resistência à desaceleração. Diante desse cenário, o Banco Central Europeu decidiu, em sua mais recente reunião de política monetária, manter as taxas de juros inalteradas, justificando que a inflação permanece próxima à meta, mas ressaltando a necessidade de cautela diante dos riscos de choques externos e da persistência das pressões sobre os preços. Na China, os índices oficiais de PMI indicaram um quadro misto em setembro. O PMI industrial avançou ligeiramente para 49,8 pontos, permanecendo abaixo do patamar de 50, o que sinaliza continuidade do processo de contração na indústria. No cenário doméstico, o Banco Central divulgou o IBC-Br referente ao mês de julho, que apresentou retração de 0,5% na série dessazonalizada em comparação a junho, intensificando o movimento de acomodação da atividade econômica observado nos meses anteriores. O indicador atingiu 108,1 pontos, abaixo das projeções de mercado, que apontavam para queda em torno de 0,3%. Sob a ótica setorial, o desempenho foi amplamente negativo: a agropecuária recuou 0,8%, a indústria teve retração de 1,1%, os serviços caíram 0,2% e os impostos sobre produção registraram variação levemente negativa. O resultado reforça a percepção de perda de dinamismo da economia no início do segundo semestre, após um primeiro semestre de maior robustez. Em relação à inflação, após registrar deflação de 0,11% em agosto, o IPCA voltou a subir em setembro, com variação de 0,48%. No acumulado do ano, a inflação atingiu 3,63%, e, em 12 meses, chegou a 5,17%. Entre os grupos pesquisados pelo IBGE, o segmento de Habitação voltou a exercer impacto positivo sobre o índice, impulsionado, sobretudo, pelo reajuste nas tarifas de energia elétrica. O

grupo Transportes também registrou alta, refletindo aumentos nos combustíveis e nas tarifas, que haviam contribuído para a deflação no mês anterior. Por outro lado, Alimentação e Bebidas manteve trajetória de queda, atenuando a elevação do índice geral. Vestuário e outros bens industriais apresentaram variações modestas, o que demonstra uma demanda ainda contida por itens não essenciais. Na reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) realizada nos dias 16 e 17 de setembro, foi decidido, por unanimidade, manter a taxa Selic em 15% ao ano, em linha com as expectativas do mercado. A decisão reforça a postura prudente do Banco Central diante das incertezas domésticas e internacionais e reflete a preocupação da autoridade monetária com a persistência das pressões inflacionárias. O comunicado divulgado após a reunião destacou que a taxa básica de juros deverá permanecer elevada por um período prolongado, até que se observem sinais mais consistentes de desaceleração da inflação subjacente e de convergência efetiva do índice de preços à meta. A balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 2,99 bilhões em setembro de 2025, resultado inferior ao observado em agosto, quando o saldo havia sido de US$ 6,13 bilhões, segundo dados da Secex/MDIC. As exportações totalizaram US$ 30,53 bilhões, representando aumento de 7,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior, enquanto as importações atingiram US$ 27,54 bilhões, com crescimento de 17,7%, ambos calculados pela média diária. Com isso, a corrente de comércio somou US$ 58,07 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro, o superávit totalizou US$ 45,48 bilhões, recuo de cerca de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior, com exportações de US$ 257,8 bilhões (alta de 1,1%) e importações de US$ 212,3 bilhões (crescimento de 8,2%). O fluxo cambial brasileiro apresentou superávit de US$ 1,38 bilhão em setembro, revertendo o déficit registrado em agosto. O saldo positivo foi impulsionado pelo canal comercial, que registrou entradas líquidas de US$ 3,9 bilhões, enquanto o canal financeiro manteve saídas líquidas de US$ 2,5 bilhões, refletindo operações de portfólio, remessas de lucros e pagamentos associados a investimentos estrangeiros. Apesar do ingresso líquido de R$ 5,27 bilhões na B3, provenientes do fluxo de capital estrangeiro, o saldo da conta financeira permaneceu negativo. No acumulado de janeiro a setembro, o país registra déficit de aproximadamente US$ 15,5 bilhões, com entradas líquidas de US$ 40,1 bilhões no segmento comercial e saídas de US$ 55,6 bilhões na conta financeira. No mercado de renda variável, o Ibovespa manteve a trajetória de recuperação iniciada em agosto, avançando 3,4% em setembro e encerrando o mês próximo de 146.237 pontos, com novas máximas intradiárias. No acumulado do ano, o índice registra valorização de cerca de 21%, impulsionado pelo aumento do apetite por risco nos mercados internacionais e pelo fluxo comprador de investidores estrangeiros em ativos brasileiros. O desempenho foi sustentado pelas expectativas de cortes de juros nos Estados Unidos e por sinais de desaceleração da economia doméstica, que reforçaram as apostas em flexibilização da política monetária local. No segmento de renda fixa, o desempenho em setembro também foi positivo em todos os subíndices do IMA, refletindo a redução da aversão ao risco e a expectativa de início do ciclo de cortes da Selic no último trimestre do ano. Os títulos prefixados de curto prazo (IRF-M1) registraram alta de 1,20%, enquanto os de prazo mais longo (IRF-M1+) avançaram 1,29%, impulsionados pela leve queda nas taxas futuras e por ajustes de posição em duration intermediária. O IMA-S, composto por LFTs, valorizou 1,24%, permanecendo como alternativa defensiva em meio à menor volatilidade dos juros de curto prazo. Entre os títulos indexados à inflação, o IMA-B5 (até cinco anos) apresentou ganho de 0,66%, enquanto o IMA-B5+ (acima de cinco anos) registrou alta de 0,44%, refletindo expectativas de inflação ancorada e estabilidade nas taxas longas. Como resultado, o IMA-Geral acumulou valorização de 1,05% no mês de setembro. Após a análise da Conjuntura Internacional e do Cenário Econômico Doméstico, procedeu-se à avaliação detalhada dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo de Previdência, com foco em desempenho, perfil de risco e alinhamento estratégico com os objetivos de longo prazo da instituição. No mês de setembro de 2025, a rentabilidade auferida foi de R$ 360.127,12 (Trezentos e sessenta mil, cento e vinte e sete reais e doze centavos). No acumulado do ano de 2025, a rentabilidade atingiu o montante de R$ 2.694.990,42 (Dois

milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa reais e quarenta e dois centavos). Em termos percentuais a rentabilidade no mês foi de 1,23%, a rentabilidade acumulada no ano soma 10,08% e a meta atuarial acumulada no mesmo período é de 7,66%. O patrimônio líquido da carteira, ao final de setembro de 2025, totalizou R$ 29.720.623,89 (Vinte e nove milhões, setecentos e vinte mil, seiscentos e vinte e tres reais e oitenta e nove centavos). Os resultados indicam que, até o momento, a performance da carteira permanece acima da meta atuarial, evidenciando uma gestão prudente e alinhada aos objetivos de longo prazo do Fundo de Previdência. Após estudo detalhado conduzido em conjunto com a consultoria especializada Empresa Referência, representada pelo Sr. João Ennes, não foram identificadas alterações ou ajustes necessários na carteira de investimentos. A análise concluiu que, no cenário atual, a abordagem mais adequada é aguardar a evolução das condições econômicas nos próximos meses antes de promover qualquer readequação, de forma a preservar a estratégia de alocação e manter o alinhamento com o perfil de risco e os objetivos de longo prazo do Fundo. Em conjunto com o representante da Empresa Referência, Sr. João Ennes, foi sugerido ao Conselho Deliberativo a realização de um estudo de Asset Liability Management (ALM) do Fundo de Previdência do Município. O estudo de ALM tem como principal objetivo avaliar a compatibilidade entre os ativos financeiros (investimentos) e os passivos atuariais (compromissos futuros de pagamento de benefícios) do RPPS, permitindo um diagnóstico aprofundado sobre o equilíbrio econômico e atuarial do fundo. Por meio dessa análise, é possível identificar se a estrutura atual de investimentos está adequada ao perfil de obrigações do regime e se as estratégias adotadas garantem a sustentabilidade de longo prazo do plano previdenciário. O ALM constitui uma importante ferramenta de gestão, pois permite simular cenários econômicos e financeiros, projetando o comportamento do portfólio de investimentos frente a diferentes condições de mercado, taxas de juros, inflação e variações atuariais. Com isso, o gestor pode tomar decisões mais fundamentadas quanto à alocação de recursos, mitigando riscos e otimizando o retorno dentro dos limites legais e da política de investimentos do RPPS. O estudo também contribui para o planejamento estratégico do fundo, ao identificar eventuais descompassos entre receitas e despesas futuras, e ao propor ajustes na composição da carteira que assegurem o cumprimento das obrigações previdenciárias. Com base nos resultados do ALM, poderá ser analisada a viabilidade de direcionar parte das aplicações para fundos de vértice, que concentram títulos com vencimentos mais longos e taxas de retorno mais atrativas, e para títulos públicos federais, inclusive com marcação na curva — modalidade contábil permitida ao RPPS para operações de renda fixa. A marcação na curva consiste no registro dos títulos pelo custo de aquisição ajustado pela taxa de juros contratada até o vencimento, diferentemente da marcação a mercado, que atualiza o valor dos papéis conforme as flutuações diárias da taxa de juros. Essa metodologia proporciona maior estabilidade e previsibilidade aos resultados das aplicações, reduzindo a volatilidade de curto prazo e evitando oscilações artificiais na rentabilidade contábil do fundo. Dessa forma, ao carregar o título até o vencimento, o RPPS assegura o rendimento contratado, o que confere maior segurança, consistência e aderência às metas atuariais. Portanto, o estudo de ALM representa um instrumento técnico de gestão integrada, que conecta o desempenho dos investimentos ao comportamento dos passivos previdenciários. Sua implementação contribui para a eficiência na aplicação dos recursos, o fortalecimento da governança, o aperfeiçoamento da política de investimentos e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo de Previdência do Município, garantindo maior segurança e sustentabilidade ao regime no longo prazo. Constar em ata ainda que, nos dias 23 e 24 de outubro de 2025, os integrantes do Comitê de Investimentos, foram autorizados pelo Conselho Deliberativo a participar em Porto Alegre/RS do Treinamento sobre Política de Investimentos e DPIN 2026, promovido pela Empresa Referência Educação, para a elaboração da Política de Investimentos 2026, cuja responsabilidade está prevista na Lei nº 1379/2024, artigo 75, §3º, inciso I, que estabelece: "Acompanhar, avaliar e elaborar a Política Anual de Investimentos do Regime Próprio de Previdência, podendo sugerir adequações decorrentes de

mudanças na legislação ou da conjuntura econômica, as quais submeterá à aprovação do Conselho Municipal de Previdência". Em seguida, foi deliberada e definida a data da próxima reunião, agendada para 11 de novembro de 2025, às 17h40, a ser realizada na Sala da Secretaria de Finanças, com participação do representante da Empresa Referência, Sr. João Ennes, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom. Não havendo outros assuntos a tratar, eu, Eder Jose Szulz, encerro a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais participantes.